

2º SIMULADO

DP DF

ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
ÁREA: DIREITO E LEGISLAÇÃO

PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado DP-DF – Analista de Apoio à Assistência Judiciária – Área Direito e Legislação

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da DP-DF;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DPDF-DIREITO-30-08-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Pessoa em pessoa

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar. Se saiu, foi muito pouco, e só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões. Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar de João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se. Pessoa foi para lá em 1896, com oito anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] "Para pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. Desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu", confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de freelancer, um profissional autônomo que se dedicava a traduções de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia.

"Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso", explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. Lisboa em Pessoa: guia turístico e literário da capital portuguesa. 2011

No que se refere à tipologia e aos aspectos linguísticos do texto, julgue os próximos itens.

1. O texto é essencialmente descritivo, pois detalha alguns momentos da vida e do processo criativo de Fernando Pessoa.

2. A única vez que Pessoa saiu de sua cidade natal, foi quando se mudou para Durban, por motivos familiares

3. O emprego de acento agudo nas palavras "família" e "pátria" justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.

4. O pronome "Isso" no trecho "Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho" (3º parágrafo) remete a toda a ideia expressa no período anterior.

5. A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso fosse inserida uma vírgula logo após "autônomo" (3º parágrafo).

6. A forma verbal "fincada" no trecho "a sua vida foi fincada em Lisboa" (2º parágrafo) poderia ser substituída por "enterrada", sem prejuízo de sentido e da correção gramatical do texto.

7. A locução conjuntiva "Desde que" (2º parágrafo) introduz, no período em que ocorre, uma ideia de temporalidade.

8. A palavra em destaque no trecho "Era caminhando que pensava" é um pronome relativo.

9. Os sentidos originais do trecho "dizia as ideias que tinha tido em tal passeio" seriam mantidos caso a locução verbal "tinha tido" no trecho fosse substituída por "tivera".

Festival reúne caravelas em barcos

Dizem que o passado não volta, mas a cada cinco anos boa parte da história marítima da Europa se reúne para navegar junto entre o Mar do Norte e o canal de Amsterdã. Caravelas e barcos a vapor do século passado se juntam a veleiros e lanchas contemporâneas que vêm de vários países para um dos maiores encontros náuticos gratuitos do mundo. Durante o Amsterdam Sail, entre os dias 19 e 23 de agosto, cerca de 600 embarcações celebram a arte de deslizar sobre as águas.

Desde 1975 o grande encontro aquático junta apaixonados pelo mar e curiosos às margens dos canais para ver barcos históricos e gente fazendo festa ao longo de cinco dias - na última edição, o público estimado foi de 1,7 milhão de pessoas. Há aulas de vela e de remo para adultos e crianças, além de atrações musicais.

Você pode até achar que é coisa de criança, mas o jogo em que cada um leva o próprio balde e simula as tarefas a bordo de um navio é instrutivo e divertido para todas as idades.

MORTARA, F. O Estado de S. Paulo. 2015

No que se refere à tipologia e aos aspectos linguísticos do texto, julgue os próximos itens.

10. O primeiro parágrafo do texto é predominantemente descritivo, o que se comprova pelas formas verbais flexionadas no presente do indicativo, empregadas para descrever o Amsterdam Sail.

11. Infere-se a partir do texto que o evento em questão é marcado pelo contraste entre passado e presente.

12. Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto se o trecho “Há aulas de vela ... atrações musicais” (2º parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: Além de atrações musicais, há aulas de vela e de remo para adultos e crianças.

13. O emprego do sinal indicativo de crase em “curiosos às margens dos canais” (2º parágrafo) justifica-se por ser expressão adverbial feminina.

14. No trecho “gente fazendo festa ao longo de cinco dias - na última edição, o público estimado foi de 1,7 milhão de pessoas” (2º parágrafo), caso o travessão fosse substituído por dois-pontos, não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto.

15. No trecho “se juntam a veleiros” (1º parágrafo) a preposição “a” poderia ser substituída por “com”, sem que a correção gramatical do texto fosse comprometida.

16. No primeiro período do texto há uma oração subordinada adverbial causal.

17. No segundo parágrafo, a palavra “apaixonados” foi empregada com valor de adjetivo.

O Futuro das cidades

Em artigo publicado na imprensa brasileira, o representante regional para a América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos disse que um dos principais desafios da humanidade atualmente é construir centros urbanos onde haja convivência sem discriminação.

Segundo ele, é preciso definir uma agenda urbana global porque, em 2050, 75% da população mundial estará concentrada nas cidades e boa parte dessa população viverá constricta em bairros marginais, sem condições mínimas de vida.

Embora a Cúpula da ONU sobre moradia e urbanismo, Istambul 1996, tenha apresentado uma visão de cidades sustentáveis, ela fracassou ao não ter integrado uma perspectiva de direitos humanos. Portanto, os compromissos assumidos na ocasião viraram letra morta.

Duas décadas mais tarde, face a uma enorme desigualdade, os direitos humanos voltam a discussão. Desta vez, os estados têm a responsabilidade histórica de mostrar seu compromisso na matéria. Para atingir esse objetivo, é preciso definir normas de direitos humanos e princípios de participação, transparência e prestação de contas, bem como não discriminação e respeito à diversidade. Só assim seremos capazes de planejar espaços em que as pessoas desfrutem do direito a viver sem discriminação sejam homens, mulheres,

crianças jovens, idosos, migrantes, indígenas, afrodescendentes, LGBTI, com deficiência e outros.

Por conseguinte, é preciso projetar cidades seguras, em que a ordem e a segurança cidadã convivam com a liberdade de expressão e a manifestação pacífica; e em que seja possível convergir em atividades sociais e culturais sem suspeição ou susceptibilidade a políticas de limpeza social.

Aproveitando o impulso, os governos da América do Sul devem assumir o compromisso de construir as cidades do futuro onde seus povos vivam livres de penúria e possamos exercer nossos direitos em igualdade de condições. Só assim seremos capazes de alcançar o maior objetivo da agenda 2030: não deixar ninguém para trás.

INCALCATERRA, Amerigo. 29/09/2016. ONUBR. Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-o-futuro-das-cidades.>> Acesso em: 10 fev. 2018. Adaptado.

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o próximo item.

18. O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de dados estatísticos utilizados para validar a argumentação do autor.

19. Infere-se do texto que, no futuro, a população irá migrar do campo para a cidade em busca de condições mínimas de vida.

20. Os governos da América do Sul se comprometerão a construir cidades nas quais população possa exercer seus direitos de forma equitativa.

21. Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das informações nele veiculadas, no trecho “é preciso definir uma agenda urbana global porque” (4º parágrafo), a forma verbal “é” poderia ser substituída por “será”.

22. As vírgulas do último período do quarto parágrafo justificam-se todas pela mesma regra de pontuação.

23. No trecho “ na ocasião viraram letra morta” (3º parágrafo), sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “viraram” poderia ser flexionada no singular, passando, assim, a concordar, “ocasião”.

24. O pronome “ela” no terceiro parágrafo retoma o termo “Cúpula da ONU”.

25. A expressão “Por conseguinte” introduz uma ideia de causa ao quinto parágrafo.

26. No 4º parágrafo “definir normas de direitos humanos e princípios de participação, transparência e prestação de contas” exerce função de objeto direto da oração.

27. O emprego do sinal indicativo de crase em “voltam a discussão” (4º parágrafo) manteria a correção gramatical do texto.

28. A expressão “letra morta” (3º parágrafo) foi empregada com o sentido de “desimportante”.

29. Seriam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto caso o trecho “vivam livres de penúria” (6º parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: vivam livres de privações.

30. O sujeito da forma verbal “possamos ” (6º parágrafo) está oculto e pode-se deduzir, por meio dele, que o autor se inclui no texto.

CONHECIMENTOS SOBRE O DF

Leandro Signori

Acerca de aspectos históricos, políticos e econômicos do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir:

31. A determinação da Constituição de 1934 para a nomeação de uma Comissão de estudos relativos à transferência da capital para o Planalto Central configurou-se em letra morta, haja vista que nenhuma iniciativa foi tomada neste sentido durante a sua vigência.

32. A construção de Brasília durante o governo Juscelino Kubitschek teve, entre suas motivações, estimular o fomento das atividades econômicas em áreas litorâneas enfraquecidas na gestão do seu antecessor Getúlio Vargas.

33. A maior oferta de emprego em Brasília se dá nos setores terciário e secundário da economia, devido à sua vocação político-administrativa como capital do Brasil com um poder público que se expandiu nas últimas décadas e com um mercado consumidor expressivamente capitalizado.

34. O DF é a unidade da Federação que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que faz com que as desigualdades econômicas e sociais características da sociedade brasileira pouco se reflitam nos seus habitantes.

"Em sintonia com as recentes mudanças no cenário nacional e internacional, em que o Estado deixa de ser o provedor absoluto de bens e serviços públicos e responsável único pela promoção do desenvolvimento econômico e social, e passa a adotar estratégias de descentralização, novos atores e arranjos institucionais começam a participar do processo de desenho e implementação de políticas públicas.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 avançou no sentido da descentralização e participação da sociedade civil e, ao tratar da regionalização, permitiu a articulação da União sobre complexos geoeconômicos e sociais, com vistas ao desenvolvimento regional e à redução das desigualdades."

Internet: <
http://www.mi.gov.br/web/guest/regioes_integradas_rides>

Tendo o texto acima como meramente motivador e considerando os múltiplos aspectos relacionados à

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, julgue as questões a seguir:

35. A RIDE-DF, formada pela articulação da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal, deve conduzir suas ações em políticas públicas tendo em vista a consecução de interesses comuns dos membros.

36. O Produto Interno Bruto da RIDE-DF é formado majoritariamente pelo setor de serviços. Quando comparado ao Distrito Federal, nota-se uma grande discrepância em sua distribuição regional, uma vez que, a capital federal exclusivamente é responsável por grande parte de sua geração.

37. Uma das formas em que dinâmica metropolitana se expressa na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno é pelo deslocamento diário pendular de pessoas entre o DF e cidades do Entorno para fins de trabalho e ou estudo.

38. Entre as causas para o rápido crescimento do Entorno nas últimas décadas estão o alto custo da terra e dos imóveis no DF e o alto valor dos aluguéis que expulsam populações mais pobres, provocando um duplo domicílio - o socioeconômico no DF e o familiar, em municípios da RIDE-DF.

LODF

Rosenval Júnior

39. De acordo com a LODF, são símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino, o selo e o brasão.

40. Conforme dispõe a LODF, é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.

LEI COMPLEMENTAR DISTRITAL Nº 840/2011

Antônio Daud

Tomando por base o regramento contido na LC 840/2011, julgue os cinco itens a seguir.

41. São formas de provimento de cargo público expressamente previstas em lei a nomeação, o aproveitamento, a reversão, a posse, a reintegração e a

42. O edital de concurso público deve reservar quinze por cento das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência, desprezada a parte decimal.

43. A reintegração do servidor estável poderá se dar em decorrência da reprovação em estágio probatório ou da

44. A partir da posse, o servidor tem quinze dias para entrar em exercício, sob pena de ser exonerado do cargo.

45. É direito do servidor público distrital a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, a qual será sempre remunerada.

LEI COMPLEMENTAR DO DISTRITO FEDERAL Nº 828/2010

Antônio Daud

Tomando por base o regramento contido na LC 828/2010, julgue os cinco itens a seguir.

46. São membros natos do Conselho Superior: o defensor público-geral, os subdefensores públicos-gerais, o corregedor-geral e o ouvidor-geral.

47. A Escola de Assistência Jurídica é dirigida por um Diretor, indicado pelo Diretor-Geral dentre os membros ativos, exclusivamente, da Carreira.

48. À Ouvidoria-geral compete realizar correções e inspeções funcionais.

49. Embora o usuário do serviço de assistência jurídica prestado pela DP-DF tenha uma série de direitos protegidos por lei, não faz jus à revisão do ato que houver recusa o patrocínio de seu interesse.

50. Os Defensores Públicos do Distrito Federal, no exercício de seus cargos, podem requisitar o auxílio de autoridade pública ou de seus agentes, bem como ter livre e gratuito acesso às informações constantes de qualquer banco de dados de caráter público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

Julgue os itens seguintes a respeito dos agentes públicos, bem como sobre o entendimento dos Tribunais Superiores em relação ao tema.

51. Segundo o entendimento do STJ, a simples comprovação de surgimento de vagas durante a validade de um concurso não gera direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas.

52. Estando o servidor público acumulando ilegalmente cargos públicos, e sendo tal situação detectada pela Administração, esta deverá instituir comissão para apurar tal fato, sendo possível que o servidor faça a opção por um dos cargos dentro do prazo improrrogável de cinco dias oferecidos para sua defesa, configurando assim a sua boa-fé.

53. Situação hipotética: Um servidor sendo investigado por uma suposta prática de ato ilícito, na qual foi ajuizada ação penal e aberto procedimento administrativo disciplinar.

Assertiva: Diante da absolvição do servidor no processo administrativo disciplinar, uma eventual condenação na esfera criminal acarretará a perda de seu cargo público, independentemente da natureza da infração.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens a seguir.

54. Pouco importa se houve dolo ou culpa na ação de um servidor público que tenha frustrado a licitude de concurso público, devendo tal servidor ser condenado por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

55. A aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa, por atos que causem prejuízo ao erário, poderá ocorrer mesmo tendo havido aprovação das contas pelo Tribunal de Contas.

Sobre as licitações públicas, julgue o item a seguir.

56. Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Sobre o controle de constitucionalidade das normas no Brasil, julgue o item abaixo:

57. O mandado de segurança impetrado por parlamentar diante do desrespeito ao processo legislativo, desde que o vício constatado seja de natureza formal, e não material.

Julgue as próximas afirmações, com base no que estabelece a Constituição federal acerca dos direitos e garantias individuais:

58. Dentre os requisitos para a propositura do mandado de injunção, estão a inexistência de regulamentação de determinada norma constitucional; a imposição de um dever, e não de mera faculdade, de edição da norma infraconstitucional; e a existência de total e efetiva omissão em regulamentar determinados temas.

59. O direito de reunião e de associação são considerados direitos coletivos, já que seu exercício pressupõe uma pluralidade de indivíduos.

Julgue o item abaixo, sobre as funções essenciais à justiça, de acordo com o estabelecido na CF/88:

60. A competência para a regulamentação da defensoria é concorrente entre a União e os Estados, embora tal atribuição não tenha sido estendida ao Distrito Federal, vez que a Defensoria Pública distrital é organizada e mantida pela União.

Julgue o que segue, com base no que dispõe a Constituição Federal sobre o processo legislativo:

61. O princípio da irrepetibilidade possui aplicabilidade absoluta em relação às emendas constitucionais, razão pela qual determinada matéria, submetida à apreciação

do Congresso e posteriormente rejeitada, não poderá mais ser reapresentada, dentro da mesma sessão legislativa, nem mesmo por iniciativa da maioria absoluta dos membros de quaisquer das duas Casas.

Considerando as regras atinentes aos direitos políticos, julgue o que segue:

62. Eventuais distinções entre brasileiros natos e naturalizados somente poderão ser estabelecidas por meio de lei.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

TEXTO-BASE para os itens 63 e 65

Situação hipotética: José, primário, ingressou em determinado supermercado e, clandestinamente, escondeu no casaco uma garrafa de vinho tinto, avaliada em R\$ 199,00. Ao tentar sair do estabelecimento sem pagar, foi impedido pelos seguranças, que acompanharam toda a ação pelas câmeras de vigilância do estabelecimento. Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

63. Assertiva: nesse caso, deverá ser aplicado em favor de José o princípio da insignificância penal da conduta.

64. Assertiva: no caso em tela, a existência de todo um aparato de vigilância por câmeras e agentes de vigilância torna impossível a consumação do crime, motivo pelo qual se está diante de tentativa inidônea.

65. Assertiva: é aplicável em favor de José o privilégio previsto para o crime de furto.

TEXTO-BASE para os itens 66 a 70

Situação hipotética: José e Maria, brasileiros, residem em Orlando (Flórida-USA). Certo dia, após chegar em casa embriagado depois de um *happy hour* com os amigos, José discute com a esposa e, na frente do filho Bryan, de apenas 06 anos de idade, José esfaqueia e mata a esposa. Posteriormente, José foge para evitar a prisão em flagrante.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

66. Assertiva: será possível a aplicação da lei penal brasileira ao caso, em razão do princípio da nacionalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.

67. Assertiva: José deverá responder pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, em sua forma consumada.

68. Assertiva: a pena de José será aumentada de um terço à metade, por ter sido o crime praticado na presença de descendente da vítima.

69. Assertiva: o fato de José ter fugido para evitar a prisão em flagrante será levado em conta como majorante, aumentando-se a pena em um terço.

70. Assertiva: a embriaguez voluntária de José, conquanto não afaste a imputabilidade penal do agente, será considerada como causa de diminuição de pena.

71. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

O crime de falso testemunho se configura quando a testemunha faz afirmação falsa, ou nega ou cala a verdade em processo judicial, ou administrativo, em inquérito policial ou em juízo arbitral.

72. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

O crime de peculato tem como objeto material o dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, do qual o funcionário público tem a posse em razão do cargo; em caso de apropriação de bens particulares pelo funcionário público, restará configurado o crime de apropriação indébita.

CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

73. Com base nos conceitos e objetos da Criminologia, julgue o item.

O desvio ou o delito, objetos da criminologia, devem ser abordados, primordialmente, como um comportamento individual do desviante ou delinquente; em segundo plano, analisam-se as influências ambientais e sociais.

74. Com base nas principais escolas criminológicas e seus expoentes, julgue o item.

Cesare Bonesana (Marquês de Beccaria) foi o principal expoente da Escola Clássica com a obra “Dos Delitos e Das Penas”, de 1764, apresentando uma nova forma de pensar o sistema punitivo, a obra tem grandes impactos até os dias atuais.

75. Para a criminologia positivista, a criminalidade é uma realidade ontológica, pré-constituída ao direito penal, ao qual cabe tão somente reconhecê-la e positivá-la. Neste sentido, julgue o item.

Enrico Ferri e Cesare Lombroso, recorrendo à metáfora da guerra contra o delito, sustentaram a possibilidade de aplicação das penas de deportação ou expulsão da comunidade para aqueles que carecessem do sentido de justiça ou o tivessem aviltado.

76. Com base nas principais escolas criminológicas, julgue o item.

A Escola de Lyon concentrava nas influências sociais e econômicas sobre os criminosos e os índices de criminalidade. Seus principais pensadores foram: Émile Durkheim e Alexandre Lacassagne a quem se atribui a frase “As sociedades têm os criminosos que merecem”.

77. Considerando que, conforme a doutrina, a moderna sociologia criminal apresenta teorias e esquemas explicativos do crime, julgue o item com base nos modelos sociológicos explicativos do delito.

A teoria da integração, ao criticar a teoria consensual na solução do conflito, rotula o criminoso quando assevera que o delito é fruto do sistema capitalista e considera o fator econômico como justificativa para o ato criminoso, de modo que, para frear a criminalidade, devem-se separar as classes sociais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

78. Lourdes tem seu veículo furtado e comparece à Delegacia de Polícia mais próxima para registrar a ocorrência. O Delegado de Polícia instaura inquérito policial para apuração do fato. Esgotadas todas as diligências que estavam a seu alcance, a Autoridade Policial não consegue identificar o autor do fato ou recuperar a *res furtiva*. Nesse caso a autoridade policial deverá realizar o arquivamento do inquérito, evitando o prosseguimento de um constrangimento ilegal sobre o indiciado.

79. Aury Lopes Júnior leciona que “o inquérito é o ato ou efeito de inquirir, isto é, procurar informações sobre algo, colher informações acerca de um fato, perquirir”. Já o Art. 4º, do CPP destaca que será realizado pela Polícia Judiciária e terá por fim a apuração das infrações penais e sua autoria. Nesse sentido, deve a autoridade policial proibir o acesso do defensor do indiciado aos elementos de prova já documentados no âmbito do procedimento investigatório e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

80. Pamela, 29 anos, foi vítima de crime de ameaça, previsto no artigo 147 do Código Penal, que assim dispõe: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção de 1 a 6 meses, ou

multa. Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.” A carta ameaçadora não foi assinada, mas constava que foi enviada em 05.01.2020 e recebida em 07.01.2020. No dia 20.01.2020, Pamela descobriu que a ameaça havia sido realizada por Roberto. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que para exercer o direito de representação, Pamela teria o prazo de 06 meses, contado a partir de 20.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.

81. Na determinação da competência por conexão, em caso de concurso de jurisdições da mesma categoria, observa-se a regra da preponderância da jurisdição em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade, e no caso de número excessivo de acusados, não será possível a separação de processos.

82. Sobre o tema prisão, analise a afirmativa a seguir. A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do processo penal ou investigação policial, sempre de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do assistente de acusação ou do querelante, ou por representação da autoridade policial.

83. Durante investigação de prática de crime de extorsão simples, considerando que a prisão do indiciado Paulo era indispensável para as investigações, após representação da autoridade policial, mas sem requerimento expresso do Ministério Público, o juiz competente decretou a prisão temporária de Paulo pelo prazo inicial de 10 dias. Quando o oficial de justiça, acompanhado de força policial, foi cumprir o mandado de prisão, José entrou imediatamente em contato com seu advogado, para esclarecimentos. Nessa situação

hipotética, o advogado de Paulo deverá esclarecer que a prisão temporária não é válida porque o crime investigado não está no rol daqueles que admitem essa modalidade de prisão.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

84. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que quando a

sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.

85. A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno, quando se relaciona com outros países.

86. Os partidos políticos não são pessoas jurídicas de direito privado.

87. Em relação ao contrato de seguro imobiliário, o prazo prescricional do cliente em relação ao banco é de cinco anos, pois é dívida líquida oriunda de contrato.

88. O direito à sucessão aberta é considerado um bem móvel.

89. O negócio jurídico não será considerado nulo quando celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente.

90. Na solidariedade passiva, todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um, mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.

91. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente houver por eles se responsabilizado.

92. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

93. São também responsáveis pela reparação civil o empregador por seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir.

94. É de boa-fé a posse se o possuidor não ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

95. A ação possessória referente a um bem imóvel deverá ser proposta no foro de situação da coisa e trata-se de competência em razão do território, ou seja, competência relativa.

96. O Código de Processo Civil permite a reunião de processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes caso decididos separadamente, ainda que não haja conexão entre eles.

97. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários advocatícios ocorrerá conforme o valor da condenação ou do proveito econômico obtido, sendo observado o percentual mínimo de dez e o máximo de vinte por cento.

98. O Ministério Público não detém legitimidade para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de beneficiários individualizados propostas contra os entes federativos.

99. A reclamação poderá ser utilizada para o controle de aplicação de entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo.

100. Ainda que interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, não será necessário ratificar o recurso especial quando o resultado anterior não sofrer qualquer alteração.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

101. A criança e o adolescente têm direito à convivência familiar e comunitária. No entanto, caso o pai ou a mãe sejam privados de liberdade, tal direito só poderá ser exercido quando do término do cumprimento da pena.

102. Caso o adolescente cometa o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, deverá ser obrigatoriamente submetido à medida de internação.

103. O Princípio da Insignificância pode ser aplicado aos atos infracionais.

104. Havendo a disponibilização ou a aquisição de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente por meio da internet, competirá à Justiça Federal o processamento e julgamento da ação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

105. Considera-se consumidor a vítima de um acidente de ônibus em transporte urbano, ainda que não fosse passageiro.

106. O Código de Defesa do Consumidor abrange os serviços privados, não abrangendo os serviços públicos.

107. Um produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, não devendo ser considerada a sua apresentação.

108. A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

109. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição até seis meses após a compra do bem.

110. Não se considera prática abusiva o envio de cartão de crédito a consumidor que não o requereu, desde que ainda bloqueado.

111. A inutilização do produto não é uma sanção administrativa prevista em lei.

112. A ação coletiva julgada procedente no caso de direito individual homogêneo terá efeito *ultra partes*.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Ricardo Torques

113. A ação civil pública deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência territorial para processar e julgar o feito.

114. O Superior Tribunal de Justiça entende ser possível a intervenção da Defensoria Pública da União como

custos vulnerabilis quando há formação de precedentes em favor dos vulneráveis e dos direitos humanos.

115. O Supremo Tribunal Federal entende que para ser beneficiada pela sentença favorável em ação coletiva, o indivíduo deve estar filiado no momento da propositura da ação, sendo dispensada a sua residência no âmbito de jurisdição do órgão julgador.

HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E INSTITUCIONAL DE DPDF

Marcos Gomes

116. De acordo com a Constituição Federal é possível a edição de medida provisória que prescreva normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados.

117. A Emenda Constitucional n. 80 elevou a nível constitucional os princípios da independência funcional, da indivisibilidade e da unidade.

118. De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

119. Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil deverá orientar-se pelo repúdio ao terrorismo, à tortura e ao racismo.

120. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê a proteção à vida desde o momento da concepção e veda que a pena de morte seja aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com aqueles.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-DPDF-DIREITO-30-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>